

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DO PAMPA: CONSTRUINDO UM MARCO CONCEITUAL

Mauricio Aires Vieira¹

Alan Dutra de Melo²

UNIPAMPA/Jaguarão

Eixo 3: Soberania alimentar, agroecologia e educação ambiental (debate teórico, experiências práticas)

RESUMO:

Este estudo analisou, partindo da Educação Ambiental, a importância do Centro de Interpretação do Pampa/CIP – órgão complementar da Universidade Federal do Pampa – Campus Jaguarão. Este recorte traz uma inicial proposta inerente à Educação Ambiental e a possibilidade, ainda em forma embrionária, de efetivar espaços de discussão desta temática dentro da proposta de criação do CIP. Logo, se caracteriza pela discussão teórica do tema ora em tela, demonstrando ser um estudo importante de sustentabilidade e da ação do ser humano sobre a natureza e suas co-relações com a região de fronteira para futuramente inserção nos ambientes desta ferramenta museológica e de educação patrimonial. O CIP, em construção nas antigas Ruínas da Enfermaria no município ora citado, trará possibilidades de discussões em vários ambientes e temáticas, sendo a Educação Ambiental, apenas uma delas, não se caracterizando como uma única e exclusiva, mas uma porta para outras discussões englobando a filosofia, antropologia, arqueologia, etc. Em regiões fronteiriças geralmente tais discussões são afloradas, uma vez que temáticas ambientais se entrelaçam com conhecimento científico e as vivências do indivíduo no seu espaço de inter-relação. O trabalho apresenta os aportes teóricos da Educação Ambiental e informações a respeito do CIP e sua caracterização enquanto mecanismo de disseminação da Educação Ambiental em região de fronteira.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Educação Ambiental. Centro Interpretação do Pampa.

Introdução

Este trabalho visa demonstrar um estudo inicial sobre a Educação Ambiental (EA) e sua possibilidade de discussão dentro de um espaço/lócus em construção, chamado Centro de Interpretação do Pampa, instalado em região de fronteira. A cidade é considerada histórica e por estar em região de fronteira, e tem no turismo, cultura e universidade uma importante fatia a ser pesquisada e contribuir para a discussão desta temática. Nesse sentido, o estudo ainda em fase teórica servirá de subsídios para futuros estudos, principalmente neste momento, em que o Centro de Interpretação do Pampa³ está sendo idealizado e implantado no município. Nesse contexto, o mote central do Centro de Interpretação do Pampa é a singularidade da paisagem física e humana do que se chama Pampa, no quadro da experiência brasileira. Trata-se de um

¹ Professor Adjunto da Universidade Federal do Pampa. Docente dos Cursos de Gestão do Turismo, História e Pedagogia. Diretor do Campus Jaguarão.

² Professor Assistente da Universidade Federal do Pampa. Docente dos Cursos de Gestão do Turismo, História e Política e Produção Cultural. Coordenador do Pós-Graduação em Cidades, Culturas e Fronteiras.

³ O Centro de Interpretação do Pampa está configurado com a concepção e fundamentação das bases museológicas e museográficas que será gerenciado pela UNIPAMPA. Recentemente o IPHAN anunciou a liberação de 7 milhões de reais para o projeto iniciar a sua implantação. O Centro organizará um vasto conjunto de informações a partir de alguns eixos centrais. O primeiro deles é a singularidade da paisagem natural do Pampa, com seus ecossistemas. Lugar no qual, sob aparente homogeneidade, encontra-se uma rica e diversa vida pulsante, que deve ser conhecida, valorizada e defendida.

Centro no qual os visitantes poderão vivenciar as especificidades e as riquezas da natureza, da cultura e da história irrepetível da região. O objetivo maior deste Centro é fazer com os indivíduos mergulhem no universo do Pampa, através de experiências afetivas e intelectuais relacionadas aos diferentes âmbitos da vida e da cultura local (principalmente em regiões de fronteira), trazendo à tona o sujeito urbano e o sujeito do campo. Nesse contexto, a EA e a sustentabilidade serão aspectos importantes e primeiros a serem incorporados na discussão inerentes ao CIP. Essa discussão será uma das primeiras que serão incorporados no Centro, que abrirão caminhos para outras que efetivarão as mudanças científicas, culturais, ambientais e turísticas do município. A abordagem deste tema em região de fronteira constitui uma identidade, ao mesmo tempo singular e nacional. A região de Jaguarão foi cenário de guerras e lutas que, de certa forma, desenharam os limites do território brasileiro com as suas dimensões continentais. Lugar de heroísmo e luta pela nacionalidade. Mas, também, uma experiência, *avant la lettre*, de integração, que antecipou em séculos o Mercosul, e deve mostrar as peculiaridades dos sujeitos, sendo eles do campo ou da cidade, mas numa premissa de aproximar as regiões afastadas geograficamente, mas com uma singularidade ímpar que devem convergir para trabalhar a identificação do sujeito e sua capacidade de se fazer parte do todo, não se isolando em espaços e territórios demarcados geograficamente.

Referencia Teórico

Para entendermos este processo de aprendizagem e aproximação entre os sujeitos do campo e da cidade, que tem como ponto de análise a EA e a sustentabilidade, em regiões de fronteira é necessário retornarmos que nos anos 70 e 80 a EA se constitui como corpo graças à caminhada neste campo gerada pelos grupos sociais que delinearam sua atuação e sua função. Conforme Lima (2009) que no Brasil toma impulso muito forte, graças à união dos organismos internacionais (ONU, UNESCO), instituições científicas e educacionais, os movimentos sociais e as ONGs ambientalistas.

Segundo Saito (2002) inicialmente a EA preocupa-se com aspecto da natureza essencialmente em detrimento às discussões articuladas às questões políticas e socioeconômicas. Nesta arena pode-se afirmar que a primeira roupagem operacional da EA é “naturalista”, com práticas voltadas para a sensibilização, defesa e contemplação da natureza pode-se até afirmar de um “endeusamento” da natureza ameaçada de destruição. Neste contexto afirma-se que nas suas origens a EA se encontra subordinada ao modelo das ciências da natureza, onde componentes ecológicos e biológicos se impõem a outros componentes, porque os discursos iniciais dos grupos que a constituíram se atrelavam à proteção da natureza, direcionando-se com maior frequência à contemplação da natureza, do que à interação na natureza”. (LOUREIRO, 2006, GONZALEZ GAUDIANO 1997).

Neste contexto cabe perguntar o porquê desta roupagem? Como ela se constituiu com tanta expressão? As respostas para estas questões se encontram nas lembranças de que a Educação Ambiental no Brasil é resultado de algo que já está constituído e que tem força maior: o cenário internacional. O Brasil neste cenário é propício campo para fertilizar a semear princípios “naturalistas”: o governo militar, que não permitia discutir assuntos sociais e políticas (LIMA, 2009; SAITO, 2002) assim assuntos naturais foram bem vindo.

A EA no Brasil na sua gênese foi alimentada por uma ação essencialmente conservadora e tecnicista. Neste sentido:

[...] a interpretação e o discurso conservacionista que conquistou a hegemonia do campo da EA no Brasil em seu período inicial foi vitoriosa entre outras razões, porque se tornou funcional às instituições políticas e econômicas dominantes, conseguindo abordar por uma perspectiva natural e técnica que não colocava em questão a ordem estabelecida. Inspirado por uma perspectiva de pretensa neutralidade ideológica, que não problematizava os aspectos políticos, econômicos e éticos da questão ambiental e não exigia mudanças profundas na vida social, o conservacionismo pôde ser assimilado pacificamente, sem grandes traumas”. (LIMA, 2009, p. 150).

Outro forte aliado neste período foi à ideologia do desenvolvimentismo. Pensamento este que influenciou também os grupos da esquerda brasileira e foi responsável por uma compreensão errônea que entendia as questões ambientais de maneira desarticulada e antagônica às questões sociais. Afirmo Lima (2009) que com o amadurecimento da experiência e do debate ambiental e político que ambientalistas e membros dos movimentos sociais compreenderam que as questões sociais e ambientais não eram dissociadas, nem antagônicas, mas complementares.

Neste cenário e, no âmbito escolar o currículo que está articulado nesta realidade histórica, político e sociocultural, sofre influências que condiciona sua direção e orientação pedagógico: o currículo é reflexo de interesses e que nele vemos refletida a luta de interesses divergentes dentro de uma sociedade e os valores dominantes do meio social (SACRISTÁN, 2000).

Um novo fenômeno surge nos anos 80 no Brasil: a **redemocratização**. Têm-se a efervescência e emergência de movimentos sociais, ações comunitárias e debates em torno desta questão com novos conceitos, novas roupagens. A EA toma corpo legal. Com a Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 tem-se a Política Nacional do Meio Ambiente que define que a EA deveria ser ofertada em todos os níveis de ensino e também na comunidade ou seja a EA é compreendida como resposta aos problemas ambientais, ideia enfatizada por Morales (2008). Com a Constituição de 88 a EA é dever do Estado. No artigo 225, Capítulo

VI:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

No parágrafo primeiro, inciso VI, está explícito que o Poder Público deve “promover a EA em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do ambiente. Para fortalecer as ideias expressas neste documento legal, a estratégia foi criar mais instrumentos para legitimar a proposta no âmbito federal, estadual e municipal. É neste período que ocorre a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1992. No tocante a EA, conforme Morales (2008) tem-se Agenda 21, o Tratado das ONGs e a Carta da Terra, utilizada até hoje como referência por muitos educadores ambientais. Também neste período é criada as Redes de EA com o intuito de estimular a formação e ser um elo entre instituições e demais pessoas. Surge em 1994 o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) que busca discutir no Brasil a partir de uma ótica de “[...] na perspectiva de aprofundamento e sistematização, bem como de nova visão da relação ser humano e natureza ao evidenciar a compreensão integrada do meio ambiente.” (MORALES, 1998, p. 21). É com a Lei Federal nº 9.394, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que indiretamente evidencia a necessidade de um trabalho envolvendo as questões ambientais no currículo escolar. Com a os Parâmetros Curriculares Nacionais 1997 (PCNs), conforme Saito (2002) é contrária ao Conselho Federal de Educação de 1987 de não constituir a EA como disciplina específica, tendo adquirido em sua formulação final o caráter de tema transversal [...]”. Transversalidade neste sentido, vem afirmar a necessidade de realização de um trabalho interdisciplinar, no qual há a integração e o diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento. Neste intuito a Lei nº 9.795/99 reafirmar a necessidade da interdisciplinaridade, em seu artigo 10:

Art. 10º A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades de ensino formal.

§ 1º A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino”.

Assim o Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado em 09 de janeiro de 2001, Lei nº 10.172/01, contempla a EA a partir de uma perspectiva interdisciplinar, posicionando-se a favor da construção de um currículo integrado: “28. *A Educação Ambiental, tratada como tema transversal, será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em conformidade com a Lei nº 9.795/99*”.

É notável o avanço trazido pela Política Nacional de Educação Ambiental, Lei nº 9.795/99, no debate em torno da EA no Brasil, apesar de sua regulamentação ter sido feita somente em 2002, pelo Decreto 4281/02. Tendo em vista este intervalo Morales (2008, p. 22) afirma que no ambiente político a EA está atrelada aos interesses político de seus representantes e dos partidos vigente no âmbito nacional, mas com a Lei nº 9.795/99 tem-se um avanço no cenário brasileiro, onde se tem um reconhecimento político das questões ambientais. (SAITO, 2002). Neste sentido o caráter interdisciplinar e integrado da Política Nacional de Educação Ambiental, no artigo 5º, inciso I, que expressa que *o desenvolvimento de uma compreensão integrada de meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos.*

Apesar do avanço observado no âmbito político e legal entorno da EA sua prática como “educativa socioambiental crítica” (MORAES 1998) no sentido de contribuir para a formação de sujeitos capazes de participar de modo autônomo e consciente nos diferentes espaços sociais e políticos, promovendo mudanças na sociedade, para torná-la mais justa, ética e ambientalmente sustentável **ainda é um processo** e, neste sentido o Centro de Interpretação do Pampa configura-se em uma alternativa para sua efetivação nos diversos contextos educativos.

Centro de Interpretação do Pampa (CIP)

O CIP como equipamento complementar da UNIPAMPA surge da parceria entre Instituição, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e Prefeitura Municipal de Jaguarão, conforme Ribeiro e Mello (2011), trata-se de um esforço direcionado a preservação patrimonial com enfoque ambiental em virtude da ampliação do conceito de patrimônio cultural em especial à partir da portaria 127/2009 do IPHAN (2009) que trata da chancela da paisagem cultural. O local onde está sendo construído o CIP foi construído ao final do século XIX, finalizado em 1883 e funcionou com suas funções originais até meados do século XX. O imóvel após perder o seu uso original passou por outras funções como escola e mesmo uso militar durante a ditadura militar de 1964 a 1985, mas no decorrer da década de 1970 sofreu um processo de abandono cujo ponto alto foi um saque realizado pela população que retirou telhas, madeiras, aberturas e tudo mais que foi possível. Após na década de 80 na cidade de Jaguarão foi executado com apoio da comunidade e da Faculdade de Arquitetura de Urbanismo da UFPel o Projeto Jaguar que permitiu a identificação preliminar do patrimônio arquitetônico da cidade incluindo as Ruínas da Enfermaria Militar, e que culminou no ano de 2011 com o reconhecimento de grande parte do centro urbano da

cidade como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional pelo IPHAN em virtude dos valores históricos e paisagísticos do sítio urbano. Antes disto as Ruínas da Enfermaria Militar passou por um processo de tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual – IPHAE RS em 1990, e neste período foi edificado um parque na área em questão e que foi novamente depredado. Convém destacar neste processo o envolvimento e apoio da comunidade para a realização do centro, conforme Figura 1, no ano de 2009 a população abraçou as Ruínas da Enfermaria em apoio à contratação do projeto arquitetônico e de expografia que foi realizado pela empresa Brasil Arquitetura, responsável dentre outros trabalhos pelo Museu do Pão existente na cidade de Ilópolis – RS.



Fig. 1 Ruínas da Enfermaria, momento do “Abraço em defesa do Centro de Interpretação do Pampa”. 2009.

Fonte: <http://secultjaguarao.blogspot.com.br/2009/08/imagens-do-abraco-enfermaria.html> acesso em 05/08/2012.

Hoje o bem em questão é integrante do Campus Jaguarão e, recebe investimentos através do PAC Cidades Históricas, com recursos do Ministério da Cultura e Ministério da Educação e deve abrigar um equipamento científico singular onde as narrativas que envolvem as questões da EA e patrimonial no contexto fronteiro do Brasil meridional encontrarão um ponto de apoio para a comunidade local, visitantes e objeto de estudo e divulgação científica envolvendo as 10 unidades da Unipampa. Portanto, o CIP é um espaço em construção, destinado às diversas manifestações culturais que promovam o modo de ser e de viver no pampa através da pesquisa acadêmico-científica e à experiência sensorial e estética sobre o Bioma Pampa, sua história e seus habitantes, a fronteira e suas lutas, a natureza e a cultura, o homem do campo e da cidade, o homem do pampa.

O CIP abrigará salas de exposições com conteúdo multimídia, salas de pesquisa, auditório subterrâneo, espaço de convivência e anfiteatro a céu aberto, além de prédio de apoio técnico e administrativo.



Foto 2 – projeto do Brasil Arquitetura

Material e Método

Este estudo, em sua primeira, fase é essencialmente teórico, reportando aos aportes que servirão de subsídios para incorporação das discussões no momento de “pensar” e estruturar os eixos em que o CIP irá ser um irradiador de conhecimentos. Conforme Hernández et al (1999) o quadro teórico dentro de uma pesquisa cumpre várias funções dentro do trabalho, devendo ser o principal momento de reflexão e apropriação de subsídios que, posteriormente, embasarão toda pesquisa. Com base nas argumentações de Hernández et al (1999) justificamos que o quadro teórico desta pesquisa é ímpar para uma das linhas de atuação do CIP do Campus Jaguarão. Reuniões com a equipe que está elaborando o projeto arquitetônico são freqüentes e já fora construída uma maquete digital mostrando as potencialidades do Centro. Neste momento estamos em fase de estruturação de um Núcleo Gestor que estudará e elaborará o Regimento do CIP, abarcando, então todos os espaços e destinação de linhas de atuação/pesquisa, tais como sala verde, paisagens, vestimentas, arqueologia, antropologia. O Estudo também está com pesquisa em andamento com bolsistas do PET-Pedagogia e PIBID-Educação Ambiental, em que os bolsistas estão capturando as concepções dos munícipes que residem ao redor do espaço em que está sendo construído o CIP e com as movimentações e suas conseqüentes modificações de paisagem e estrutura do cotidiano destes sujeitos.

Análise e Discussão: o quadro teórico subsidiário para as discussões das áreas de pesquisa do CIP a partir da EA

Hoje o ambiente é percebido envolvendo todas as relações que o ser humano e o meio no qual está inserido são capazes de alcançar, em todos os seus aspectos (turísticos, econômicos, sociais, culturais, éticos, estéticos e ecológicos) e a natureza é apenas uma dessas possibilidades. No entanto, é um aspecto decisivo e com a implantação do CIP se tornará uma ferramenta excepcional para tais discussões. Entre outras questões, fica clara, a necessidade de a temática sustentabilidade, a partir da EA, ser incorporada pelo poder público e

reconhecer todas as variáveis que o ambiente aponta nestas relações, principalmente em regiões de fronteira. Tal atitude teve como justificativa o fato de que as questões que envolvem o ambiente dizem respeito a toda a sociedade e, portanto, o poder público em regiões de fronteira não poderia omitir-se desta discussão, na medida em que a formação do indivíduo precisa ser a mais ampla e universal possível: razão primeira da constituição do CIP conforme relatos de antigos gestores e documentos ainda em fase de análise e apreciação.

Para Reigota (1994) o trabalho com temas ligados ao ambiente e as questões de sustentabilidade não está vinculado a simples transmissão de conhecimentos sobre a natureza, mas sim à possibilidade de ampliar a participação política dos indivíduos. Considerando que a Educação surge e se consolida num momento histórico de grandes mudanças no mundo, ela tende a questionar as opções políticas atuais e o seu próprio conceito, exigindo-lhe, por princípio, criatividade, inovação e criticidade. Nesta concepção o CIP é criado e abre o espaço para o diálogo, construção das identidades de um povo e de percepções ambientais e patrimoniais, trazendo dentre muitas descobertas as origens do povo do pampa, sendo urbano ou do campo. Pode-se considerar que percepção ambiental é o processo cognitivo que levará à formação de conceitos e idéias sobre o ambiente, sendo este processo, resultado dos conhecimentos repassados pelo ensino formal e não-formal e por aqueles oriundos de experiência de vida, a qual depende de inúmeras variáveis (situação econômica, tipo de atividade, trabalho, relações sociais, afetivas, entre outras) que a condicionam. É nesta percepção que focamos as questões relacionadas aos biomas e que não são discutidos e/ou planejados em regiões de fronteira e serão amplamente discutidas com os pesquisadores que se instalarão no CIP. Sendo assim, é necessário que a EA aconteça em todos os espaços que educam o cidadão, que seja orientada para a resolução de problemas dentro do contexto de cada comunidade, que seja participativa, comunitária, criativa e valorize a ação e que antes de tudo, esteja concretamente à beira dos sujeitos em um Centro que privilegiará o contato com a história, com o passado, presente e com o futuro.

Considerações

As definições de EA apontam sempre para a necessidade de uma abordagem crítica, para uma ética ambiental integrada, preocupada com o ambiente em sua totalidade. Neste novo paradigma, a proposta que surge vincula-se a ações multi, inter e transdisciplinares e está inerente à vida cotidiana de todos os indivíduos, sejam eles em regiões de fronteiras ou não, e se forem abarcados em um Centro ou Museu, como é o caso do CIP tem muitas probabilidades de resultados frutíferos. Segundo Chiavenatto (1994), cada pessoa é um fenômeno multidimensional, sujeita às influências de uma enormidade de variáveis. Para entender este homem, complexo, é importante levar em consideração os diferentes padrões de percepções, valores e motivos:

As **percepções** referem-se à informação que o sistema individual recolhe sobre o seu ambiente. **Valores** são o conjunto de crenças sobre o que é certo e errado, importante e sem importância, e que é conservado e apoiado conscientemente. **Motivos** são os impulsos subjacentes ou necessidades que se desenvolvem inconscientemente à medida que o indivíduo experimenta êxito ou fracasso ao dominar seu ambiente. O que o indivíduo percebe em uma situação particular é influenciado por seus **valores** e **motivos**. (CHIAVENATTO, 1994, p. 35) (destaques nossos).

Nessas reflexões podemos concluir que a EA está atrelada a um forte potencial político, mas acreditamos que em ambientes coletivos que está sua efetivação e sua qualidade dependerá de ações pedagógicas de professores, educadores, pesquisadores e gestores comprometidos com a formação de sujeitos políticos que contribuem para ao ambiente natural e humano ameaçados de destruição, e o CIP como uma ferramenta deverá auxiliar estes espaços, além de contribuir para a formação dos sujeitos em ambientes formais e informais. Neste contexto é que encontramos o trabalho educativo dos professores para a efetivação de um trabalho socioambiental crítico e emancipatório. Atualmente, a maior preocupação com o pampa é a sua preservação. Para que o pampa seja preservado, é necessário que haja um *desenvolvimento sustentável*, ou seja um desenvolvimento planejado a fim de não esgotar ou degradar os recursos naturais, para que possamos deixar esses recursos para serem utilizados pelas gerações futuras. Nesse cenário essa discussão é importante porque será uma linha de atuação e pesquisa no CIP, sendo importante discutir a EA e a sustentabilidade de maneira coerente e com o olhar voltado para as regiões de fronteira, abarcando o olhar e as experiências da comunidade do campo e da urbanidade.

Ainda em fase embrionária, constatamos a acolhida da comunidade e de pesquisadores que freqüentemente realizam saídas a campo e visitas técnicas no CIP e buscam informações pertinentes à sua implementação. O poder público e entidades do município tais como o Consulado e Instituto Histórico e Geográfico estão envolvidos nesta temática desde o início destas discussões. O CIP será um espaço vivo em que todos/as poderão obter diferentes experiências: sonoras, sensitivas, imagéticas, contando com os seguintes eixos: Paisagem natural do Pampa; Antiguidade da ocupação da região; mestiçagem; Fronteira e a construção de uma identidade.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 18 ed. São Paulo: Saraiva, 1998.
_____. Lei n. 9.394, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez 1996.

_____. Lei n. 10.172, 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10

jun. 2012. Disponível em:

<www.mec.gov.br>.

_____. Decreto- lei nº 9795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental e institui a

Política de Educação Ambiental e dá outras providencias. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 1999.

_____. Secretaria de Educação Especial. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos. Brasília: MEC, 1998.

CHIAVENATO, I. **Recursos Humanos**. São Paulo: Atlas, 1994.

GONZÁLEZ-GAUDIANO, E.J. **Educación Ambiental: Historia y conceptos a veinte años de Tbilisi**. México: SITESA, 1997.

HERNÁNDEZ, S. R. et al. **Metodología de la investigación**. México: McGraw-Hill, 1999.

LOUREIRO, C.F.B. **Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

REIGOTA, M. **O que é Educação Ambiental**. São Paulo: brasiliense, 1994.

RIBEIRO, M. F. B. , MELO, A. D de. **Centro de Interpretação do Pampa: Jaguarão – RS. In.** Espaços Culturais e turísticos em países lusófonos: cultura e turismo. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROARQ 2011.

LIMA, G. F. da C. **Educación ambiental crítica: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis. Educação e pesquisa**, São Paulo, v.35, n.1, jan./abr. 2009.

MORALES, A. G. **Proceso de institucionalização da Educação Ambiental**. In: PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. Superintendência de Educação. Departamento da Diversidade. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. **Cadernos Temáticos da Diversidade Educação Ambiental**. Curitiba: SEED – PR., v. 1, 2008.

SACRISTÁN, J. G. **O Currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SAITO, C. H. **Política Nacional de Educação Ambiental e construção da cidadania: desafios contemporâneos**. In: RUSCHEINSKY, A. (Org.). Educação ambiental: abordagens múltiplas. Porto Alegre: Artmed, 2002.